



O que farão os legisladores para honrar a confiança dos seus eleitores

O Haiti depois da votação

A comunidade interamericana observou de perto os acontecimentos recentes no Haiti onde, após um intervalo de dois anos, uma nova Legislatura começou a funcionar em 9 de maio passado. ParlAmericas perguntou a dois deputados e dois senadores de diferentes partidos políticos qual seria o principal desafio que iriam enfrentar durante o seu mandato, e porquê.

Segundo a senadora **Edmonde Supplice Beauzile**, vice-presidenta do Senado, do Partido Fusion, suas ações expressarão a plataforma eleitoral da Coalizão Haitiana de Mulheres Líderes (COHFEL). “Eu devo agir conforme as prioridades estabelecidas e validadas na Assembléia [da COHFEL]”, ela disse. “Dessas prioridades, a mais urgente, e a que atende a uma necessidade nacional, é a de votar na lei quadro que institucionalizará a desconcentração dos serviços sociais básicos e que dará corpo à descentralização, a melhor opção para um desenvolvimento local sustentável”, ela declarou. Ela também mencionou que “é necessário que as mulheres parlamentares se assegurem que a lei quadro atenda as necessidades das mulheres chefes nas famílias monoparentais”.

Para o vice-presidente da Câmara dos Deputados, **Jean David Geneste**, do Partido Alyans, “o principal desafio para nós é o de facilitar a produção de legislação adequada e dinâmica que atende as exigências de um processo integrado para promover o desenvolvimento sustentável através da educação e da descentralização”. Segundo ele, “desde quando o Haiti se tornou uma nação, em 1804, os dirigen-

ção é a contribuição do Parlamento à efetivação do estado de direito mediante o fortalecimento institucional e a implementação de um programa legislativo realista que atende as prioridades nacionais, a saber, a educação, a saúde, a infra-estrutura, a segurança, o emprego e os investimentos”. “Para conseguir tudo isto”, acrescentou, “o Parlamento deve melhorar a organização e o funcionamento das

no meio rural” durante o seu mandato parlamentar. “Os objetivos deste projeto de lei”, ele explicou, “são: ajudar a emancipação rural, fazer conhecer as leis no meio rural, implicar a população rural na elaboração das regras de direito, e promover leis que levem em conta as preocupações do mundo rural”. O deputado professa “inventar os meios que permitam educar a população na prática da democracia” e, mais concretamente, “proteger os seus direitos”. Para o deputado, “a condição *sine qua non* para assegurar a nossa democracia incipiente é organizar um sistema coerente de formação da população sobre as noções mais elementares da lei”.

Os pareceres acima foram encurtados por falta de espaço. A versão completa encontra-se na página Web do FIPA: www.e-fipa.org

Foto: MINUSTAH



Através do voto, os haitianos renovaram a sua confiança na democracia

tes nunca entenderam até que ponto é necessário e imprescindível que a educação seja uma prioridade para o desenvolvimento durável”. É por isso que, “nós sempre tivemos um governo centralizado, indiferente às necessidades e direitos fundamentais dos cidadãos haitianos”.

Segundo o senador **Kély Bastien**, do partido no poder, Lespwa, “a principal preocu-

comissões permanentes, formar o seu pessoal, estabelecer ferramentas e mecanismos para controlar as ações do governo, e dotar a instituição de uma estrutura moderna apropriada à sua missão”.

Finalmente, o deputado **Gérard Thérémène**, do Partido Konba, quer apresentar um projeto de lei para “serviços jurídicos gratuitos

Neste número:

O turismo sustentável na Granada	2
O poder legislativo na Colômbia	3
O primeiro número!	4
Sobre o FIPA	4
Procuram-se madrinhas	4
Não ao terrorismo	4

O caminho do turismo sustentável em Granada

Foto: Grenada Board of Tourism



Cenas e paisagens da vida cotidiana em Granada

A senadora **Brenda Hood**, membro do Comitê Executivo do FIPA e ministro do Turismo, Aviação Civil, Cultura e Artes da Cena de Granada, troca idéias sobre o turismo sustentável, uma indústria importante para muitos países das Américas.

O conceito de turismo sustentável tem significados e conotações diversas em diferentes partes do mundo, e mesmo entre os acadêmicos. A despeito das diferenças, o turismo sustentável abrange três elementos básicos:

- Preservação adequada e utilização sustentável da natureza, cultura e história.
- Valorização das comunidades locais.
- Orientação apropriada aos visitantes, para que eles entrem em contato com a natureza, cultura e história das áreas e comunidades visitadas.

Baseado nesses elementos, o turismo sustentável mantém, por um lado, o equilíbrio entre a preservação e a proteção, e, por outro, o impacto social e econômico causado pelo turismo.

O turismo é, essencialmente, a venda de "vivências" aos visitantes e a criação de produtos que servirão de catalistas e mediadores nessa venda. Como o turismo engloba muitos setores econômicos, os desafios enfrentados por esses setores afetam o turismo. Alguns desses desafios são a destruição indiscriminada de florestas e vida silvestre, a degrada-

ção de praias resultante da mineração de areias, o declínio de recifes de corais causado pelo assoreamento, e a perda de edifícios históricos em decorrência das pressões da urbanização. Não obstante, como o turismo depende de uma vivência de qualidade, somente o turismo sustentável poderá ser bem-sucedido no longo prazo. Existem alguns requisitos suficientes e necessários para qualquer país que queira ter um setor turístico sustentável. Eles são:

- Uma relação e valorização dos recursos turísticos do país (pessoas, informações, materiais/objetos e finanças).
- Um entendimento dos papéis e responsabilidades dos principais interessados e colaboradores, e ações baseadas nesse entendimento.
- Difusão do turismo sustentável através de políticas nacionais multissetoriais.
- Conscientização das partes interessadas e residentes locais.
- Políticas criadas e fundamentadas em pesquisas apropriadas e que tenham como meta a necessidade de conservação do meio ambiente, cultura e história locais.
- Estrutura jurídica (legislação, regulamentos e acordos).
- Recursos humanos capacitados, experientes e motivados.

Os objetivos da política de turismo de Granada reconhecem que a sustentabilidade deve ser parte de um setor turístico bem-sucedido. Essa política é declarada em três afirmações:

- Assegurar que o desenvolvimento turístico seja coerente com a proteção e preservação dos recursos naturais e culturais do país, o ambiente construído e os valores morais da nação.
- Fomentar a forma e a escala mais apropriadas de desenvolvimento turístico em harmonia com os recursos naturais das ilhas e com as aspirações do povo.
- Assegurar que os recursos turísticos e serviços essenciais de infraestrutura acompanhem as demandas do setor dentro da capacidade estabelecida.

Além do acima citado, para que o turismo sustentável seja eficaz, as comunidades onde os projetos turísticos são criados devem participar do processo de desenvolvimento de tais projetos.

As comunidades devem beneficiar-se social e financeiramente, para que possam proteger e preservar a sustentabilidade do projeto.

Finalmente, o sistema educativo do país deverá ser envolvido para que o setor turístico seja visto como um setor muito importante para o desenvolvimento econômico. É preciso haver cursos de turismo sustentável como parte do currículo e, principalmente, estatísticas relevantes que permitam um entendimento claro do impacto do setor na economia e no país.

O turismo sustentável deve ser considerado em uma abordagem integral, tendo-se uma boa compreensão do seu impacto no país como um todo.



Dados do Congresso

O Poder Legislativo na Colômbia

Câmara de Representantes (2006–2010)

- ◆ 65 representantes
- ◆ 22 bancadas
- ◆ 15 mulheres
- ◆ 150 homens
- ◆ 2 representantes dos afro-colombianos
- ◆ 1 representante dos indígenas
- ◆ 1 representante dos colombianos no exterior
- ◆ Principais partidos:
 - Liberal 22% (Centro-izquierda),
 - La U 18% (Centro-direita),
 - Conservador 17% (Direita),
 - Cambio Radical 12% (Centro-direita),
 - Polo Democrático 5% (Izquierda),
 - Outros 26%

Senado da República (2006–2010)

- ◆ 102 senadores
- ◆ 10 bancadas
- ◆ 13 mulheres
- ◆ 89 homens
- ◆ 2 senadores dos indígenas
- ◆ Principais partidos:
 - La U 20% (Centro-direita),
 - Conservador 18% (Direita),
 - Liberal 17% (Centro-izquierda),
 - Cambio Radical 15% (Centro-direita),
 - Polo Democrático 10% (Izquierda),
 - Outros 20%

A Constituição Política da Colômbia (1991) estabelece a estrutura geral do Estado e declara como ramos do poder público, o Legislativo, o Executivo e o Judicial.

As funções essenciais do Congresso da República são as legislativas. O Congresso é composto por duas câmaras: o Senado e a Câmara de Representantes. Os senadores e os representantes são eleitos na mesma data por períodos de quatro anos com a possibilidade de reeleição indefinida, os primeiros sob circunscrição nacional e os segundos sob circunscrição territorial, sem contar as circunscrições especiais. Com a eleição (março de 2006) e o início do novo período legislativo (julho de 2006), se põe em marcha a chamada Reforma Política aprovada em 2003, a qual introduz importantes modificações ao funcionamento do Congresso.

Através desta emenda constitucional o regime de partidos políticos foi fortalecido, foi modificada a repartição de cadeiras na corporação aplicando o método d'*Hondt*, e estabeleceu-se um regime de bancadas com a finalidade de conseguir posições unificadas dos partidos nas votações no Congresso.

Cada uma das Câmaras conta com uma mesa diretora, com um presidente (senador e representante) e um secretário geral, uma estrutura administrativa e algumas comissões das

quais fazem parte os congressistas. Estas comissões, de caráter temático e de origem constitucional (permanentes) e legal, foram concebidas para o trâmite dos projetos de lei.

Além das funções legislativas –que incluem promulgar, interpretar, reformar e derogar as leis e os códigos em todos os ramos da legislação, e modificar a Constituição– corresponde ao Congresso da República exercer o controle político do Governo através de debates e moções de censura aos ministros; eleger as diretrizes dos órgãos de controle (Contratação, Procuradoria, Defesa do Povo) e os magistrados do Tribunal Constitucional; e julgar o presidente e outros altos funcionários.

Foto: Congreso de la República de Colombia



Vista do Congresso colombiano em sessão



O primeiro número!

Sobre o FIPA

Foto: Arlette Pedraglio



Senadora Hervieux-Payette, presidente

Prezados colegas,

Tenho o prazer de apresentar o primeiro número de *ParlAmericas*. Este novo boletim do FIPA foi criado para mostrar o importante trabalho que nós – parlamentares – desempenhamos ajudando nossos países a construir democracias que atendem às necessidades dos seus cidadãos. Faça a sua contribuição ao boletim contando-nos sobre os trabalhos legislativos do seu parlamento ou enviando sugestões de artigos!

Nesta edição, dedicamos uma seção especial ao Congresso da Colômbia, que será o anfitrião da V Assembléia Plenária do Fórum em novembro.

Conto com a sua presença nessa ocasião para debatermos a redução da pobreza, a guerra ao narcotráfico, os desafios do comércio e da integração, e para participar da IV Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas.

Agradeço a todos os que ajudaram na redação deste primeiro número e, naturalmente, à Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional e aos parlamentos-membros por seu apoio financeiro.

Boa leitura. Espero vê-los em Bogotá!

Procuram-se Não ao madrinhas terrorismo

O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA procura mulheres parlamentares interessadas em participar dum projeto de mentorado que coloca mulheres parlamentares recém-eleitas em contato com colegas mais experientes de toda a região para que estas forneçam assistência, orientação e apoio úteis para superar as dificuldades enfrentadas na vida política.

Para obter mais informações ou para participar, entre em contato com Sabra Ripley na Secretaria Técnica do FIPA.

Argentina, Brasil, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, República Dominicana e Trinidad e Tobago juntaram-se aos Estados-membros da Convenção Interamericana contra o Terrorismo depositando seus instrumentos de ratificação no ano passado. Na assembléia plenária do FIPA em 2005, os parlamentares enfatizaram a “necessidade urgente de ratificação [...] e cumprimento dos instrumentos internacionais para confrontar o terrorismo, particularmente a Convenção Interamericana contra o Terrorismo”, ao mesmo tempo em que seja mantido o respeito aos direitos humanos.

COMITÊ EXECUTIVO DO FIPA

Presidente

- Senadora Céline Hervieux-Payette, Canadá

América do Norte

- Deputado James Bezan, Canadá
- Um representante do México (a ser confirmado)

América Central

- Deputado Erick Mauricio Rodríguez Gavarrete, Honduras
- Deputado Gudy Rivera Estrada, Guatemala

Caribe

- Senadora Sandra Husbands, Barbados
- Senadora Brenda Hood, Granada

América do Sul

- Senador Alejandro Velázquez, Paraguai
- Deputado Iván Moreira Barros, Chile

País anfitrião

- Senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda, Colômbia

O Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) é uma rede independente composta dos órgãos legislativos nacionais dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Através de reuniões regulares e intercâmbios virtuais, os membros do FIPA comprometeram-se a realizar um diálogo interparlamentar sobre temas de interesse comum e a representar a voz dos parlamentares no processo de integração hemisférica.

V Plenária em Bogotá

A V Assembléia Plenária será realizada em Bogotá, na Colômbia, de 19 a 21 de novembro. Os grupos de trabalho abordarão os seguintes temas:

- Comércio e integração
- Redução da pobreza
- Luta contra o narcotráfico
- Igualdade de gênero

Contate-nos

FIPA
500-165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canada

Telefone: 1 613 594-5222
Fax: 1 613 594-4766
info@e-fipa.org
www.e-fipa.org

